

OPTIMIZE EUROPA OBRIGAÇÕES
FUNDO DE INVESTIMENTO ABERTO DE OBRIGAÇÕES



RELATÓRIO E CONTAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE

2017



OPTIMIZE
Investment Partners

Índice

1	Relatório de Gestão	3
1.1	Enquadramento geral da atividade em 2017	4
1.2	Características principais do Fundo	8
1.3	Evolução do fundo	9
2	Balanço e Demonstrações Financeiras	12
2.1	Balanço em 31 de Dezembro de 2017 e 2016	13
2.2	Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.....	14
2.3	Contas Extrapatrimoniais em 31 de Dezembro de 2017 e 2016	15
2.4	Demonstração dos Fluxos de Caixa de 2017 e 2016	16
3	Divulgações	17
3.1	Divulgações anexas às Demonstrações Financeiras.....	18
4	Certificação das Contas.....	28

| 1 RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 Enquadramento geral da atividade em 2017

MERCADOS FINANCEIROS EM 2017

ECONOMIA MUNDIAL: MOVIMENTO DE INVERSÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIAS ACOMODATÍCIAS

O ano de 2017 pautou-se por performances bem positivas na generalidade das classes de ativos pelas várias regiões do globo. Este desempenho foi guiado pelos excelentes dados macroeconómicos, bons resultados empresariais e pela mitigação de riscos políticos em algumas regiões, nomeadamente no pós-Brexit e eleição do D. Trump assim como aos escrutínios franceses e alemães. Os dados macroeconómicos acabaram por imperar no comportamento dos investidores e reduzir os impactos políticos vindos de 2016. Para 2018, acreditamos que a atual conjuntura irá permitir um bom desempenho dos mercados financeiros embora venha a exigir um maior critério da seleção de ativos. Como temas dominantes, vamos ter os dados de inflação nos principais mercados desenvolvidos. Caso atinjam os níveis pretendidos, deverá acelerar o processo de reversão das políticas monetárias expansionistas por parte dos principais bancos centrais. Nos EUA, após as 3 subidas de 2017, a FED irá continuar a sua política de retirada de estímulos ao subir a sua taxa diretora provavelmente entre 2 a 3 vezes ao longo do ano de 2018. Na Europa, o processo de retirada de estímulos promovido pelo BCE está ainda no início, sendo que a redução do plano de compras mensais de ativos foi reduzida de 60M€ para 30M€ para o período de janeiro a setembro de 2018. É o mote para o início do ciclo de subidas da taxa diretora que deverá acontecer entre o final deste ano ou início do próximo. Ainda em contraciclo das entidades homólogas, a política monetária nipónica indicia prosseguir expansionista. Os seus decisores políticos vão continuar a pressionar a inflação com estímulos fiscais, promovendo a criação de emprego e subida salarial para fomentar o consumo. Os mercados emergentes deverão dar continuidade às excelentes performances do ano passado impulsionados pela depreciação do dólar, pela maior preponderância do setor tecnológico neste mercado e recuperação de algumas commodities.

AÇÕES: CRITERIOSIDADE NA SELEÇÃO DE ATIVOS

Os mercados de ações tiveram em 2017 um comportamento bastante positivo com a volatilidade apresentar níveis extremamente baixos, com os dados macroeconómicos a absorverem os impactos negativos, nomeadamente dos avanços e recuos da aprovação da agenda política da administração americana liderada por D. Trump e das tensões geo-políticas promovidos pelo regime norte coreano liderado por Kim Jong-un através de emissões de novos ensaios balísticos.

Após um ano em que os principais índices de ações europeias registaram variações entre 6.5% e 15% e os homólogos americanos assinalaram performances entre 19% e 28%, acreditamos que o otimismo irá perdurar impulsionada pela robustez dos principais dados macroeconómicos, nomeadamente no que concerne aos dados de crescimento, da manufatura e do emprego. No Japão, o índice de ações apresentou uma performance de 19%, onde o destaque foi para a re-eleição do primeiro ministro japonês com maioria parlamentar permitindo a estabilidade necessária para levar avante os seus planos para a reforma fiscal. Nos EUA, a redução considerável da taxa de imposto sobre as empresas americanas deverá entusiasmar os investidores. Na Europa, apesar da imprevisibilidade do próximo escrutínio italiano, os dados macro e empresariais deverão dar continuidade ao otimismo evidenciado no ano transato. Os mercados emergentes assinalaram um ano bastante positivo, com performances

atingir os 34% impulsionados pela conjuntura favorável nestas regiões, a expectativa é que prossigam com o mesmo ritmo ao longo do próximo ano.

Apesar do contexto desafiante em que muitos títulos e setores apresentam valorizações elevadas, recorrendo a uma seleção mais criteriosa, encontramos algumas oportunidades de investimento. Concretamente, no setor financeiro pela expectável subida de taxas de juros, no setor tecnológico pela capacidade disruptiva na agregação de bens e serviços tradicionalmente fornecidos por outros setores e na indústria automóvel pela prudência no nosso entendimento excessiva, à capacidade dos seus players em adaptarem-se aos desafios de transformação elétrica e de automação.

OBRIGAÇÕES: FINALMENTE A INVERSÃO NOS MERCADOS DE TAXAS

Ao longo dos últimos anos, os principais decisores monetários centraram os seus esforços em contrariar as taxas de inflação reduzidas e até negativas com “munições” nunca antes utilizadas, nomeadamente através de um enorme plano de compras de ativos, redução das taxas de juro diretoras para valores mínimos e com taxas de depósito atingirem níveis negativos. O ano 2017, já vislumbrou a luz ao fundo do túnel, com os dados macroeconómicos a indicarem que a inflação atinja a breve trecho os níveis pretendidos. Assim, os mercados começaram a antecipar esta tendência verificando-se subidas das yields nas emissões de Investment Grade em euros e dólares. Apesar da pressão sobre esta categoria de obrigações, não é alastrada às emissões High Yield e à generalidade da dívida emergente. Registou-se, portanto uma redução do spread das dívidas de elevado rendimento sobre as emissões de alta qualidade. As obrigações alemãs a 10 anos terminaram o ano com um rendimento de 0.42%, as congéneres americanas, estando mais avançados no processo de reversão, terminaram o ano com uma yield de 2.4%. Esta tendência de subida das yields deverá aumentar ao longo do ano de 2018. A dívida portuguesa destaca-se ao contrariar toda esta conjuntura devido ao upgrade promovido pela S&P em setembro para BBB- e pela Fitch em Dezembro para BBB. Contribuiu para uma redução da yield a 10 anos em 183 pontos base ao longo do último ano para 1.9%.

O ano de 2018 deverá continuar com o mesmo ritmo, no entanto encontramos oportunidades de investimento em dívida High Yield, na generalidade da dívida emergente e na dívida subordinada.

MATÉRIAS-PRIMAS: NOVO ANO POSITIVO

As matérias-primas registaram um ano extremamente positivo, dando continuidade às boas performances registadas em 2016. O grande destaque vai para o excelente comportamento do Cobre ao apresentar uma valorização de 32%. Esta performance deve-se à forte procura sobre esta matéria-prima essencial na indústria eletrónica.

DIVISAS: FORTALECIMENTO DO EURO

No último ano, o Euro apreciou-se significativamente face aos principais pares cambiais. Período marcado pela diminuição de riscos políticos proporcionado pela vitória do europeísta E. Macron nas eleições francesas. Adicionalmente, a robustez dos dados económicos permitiu reforçar os números do crescimento da região. Por outro lado, nos EUA assistiu-se ao longo do último ano, a uma instabilidade política, nomeadamente na implementação das medidas constantes na agenda política da administração liderada por D. Trump.

CONCLUSÃO

2017 foi um bom ano para a gestão de ativos num contexto de volatilidade extremamente baixa, com os riscos políticos mitigados no decorrer do ano onde o destaque positivo foi para o setor tecnológico e o negativo para o setor petrolífero. O tema da reversão das políticas expansionistas foi naturalmente a tônica dominante.

Para 2018 os dados macroeconómicos apresentam uma robustez ímpar espelhadas pelas taxas de crescimento do PIB, dados do emprego e pelo otimismo dos resultados empresariais. As atenções vão estar centradas nos dados da inflação e nas decisões dos principais bancos centrais, onde é expectável que as reduções dos estímulos vão sendo introduzidas ao ritmo da capacidade que o mercado irá demonstrar para as absorver e nunca de uma forma abrupta.

Existem, no entanto, várias incertezas que poderão levar a períodos de volatilidade nos mercados:

- Redução da Liquidez por parte dos Bancos Centrais, a FED começou a reduzir o seu balanço no final do último ano. O BCE poderá começar a iniciar a redução do seu balanço no último trimestre do ano.
- Intensificação das tensões geopolíticas com a Coreia do Norte, o regime de Pyongyang pautou por um comportamento desafiante perante as reivindicações externas na intenção de suspensão dos seus ensaios balísticos. Kim Jong-un tem se manifestado insensível a todas os avisos dos principais governos do globo, tendo o próprio D. Trump prometido uma reação com “fogo e fúria”.
- Tensões comerciais entre a União Europeia e a Grã-Bretanha num contexto de negociação das condições do Brexit, e entre os Estados-Unidos e os seus principais parceiros comerciais (México, China, Alemanha, ...).

DESEMPENHO DO FUNDO EM 2017

Em 2017, o fundo Optimize Europa Obrigações fechou o ano com um valor da unidade de participação de 12.5930€. Assim sendo, a performance registada em 2017 foi de 2,7%, com uma volatilidade de 4,7% (risco 3).

Desde a criação do fundo Optimize Europa Obrigações, em 1 de Julho de 2013, em que a unidade de participação valia 10.000€, até 31 de Dezembro de 2017, a performance anualizada foi de 5,3%.

1.2 Características principais do Fundo

Entidade Gestora		Optimize Investment Partners SGFIM, S.A. Avenida Fontes Pereira de Melo nº21 4º 1050-116 Lisboa Capital social de 450.771,71 € Contribuinte nº508 181 321
Início de Atividade do fundo		1 de Julho de 2013
Política de Rendimentos	de	Não distribui rendimentos
Comissão de Gestão		1,20 %
Comissão de Depositário	de	0,20 %
Entidade Depositária		Banco Invest, SA
Objetivo do fundo		O objetivo principal do Fundo é proporcionar aos seus participantes o acesso à valorização real do capital a longo prazo, através da gestão de uma carteira de ativos obrigacionistas e de natureza maioritariamente Investment Grade, nos mercados Europeus.
Política de investimento	de	O fundo tem uma política de investimento através de obrigações (ou fundos de obrigações) no âmbito dos limites de investimento definidos no prospeto do fundo. Em termos geográficos, os investimentos são delimitados à Europa. O fundo terá sempre um mínimo de 50% de obrigações de Estados da União Europeia ou de natureza Investment Grade em carteira.

1.3 Evolução do fundo

EVOLUÇÃO COMPARATIVA

O fundo não adota parâmetro de referência.

GRÁFICO DE EVOLUÇÃO COMPARADA DESDE INÍCIO DO FUNDO



Valores em euros

PERFORMANCES, VOLATILIDADES E NÍVEIS DE RISCO DESDE INÍCIO DO FUNDO

Ano	Performance	Volatilidade	Risco
2017	2,7%	4,7%	3
2016	3,6%	4,1%	3
2015	3,0%	3,9%	3
2014	10,3%	4,3%	3

ALOCAÇÃO DE ATIVOS

REPARTIÇÃO POR CLASSE DE ACTIVOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Repartição por Classe de Ativos	
Acções	0,0%
Obrigações do Estado	32,8%
Obrigações de Empresas	66,0%
Tesouraria	1,2%

REPARTIÇÃO GEOGRÁFICA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Repartição Geográfica	
Portugal	30,3%
França	24,0%
Reino Unido	10,5%
Suíça	9,5%
Polónia	7,1%
Espanha	6,6%
Holanda	4,2%
Alemanha	3,8%
Lituania	2,7%

PRINCIPAIS POSIÇÕES DO FUNDO

PRINCIPAIS POSIÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Principais Posições	Valor	%
OT PGB 4.125% 4/2027	1 650 652,77 €	14,9%
Obrig Portug 10/2024	902 782,52 €	8,1%
Obrig Poland 07/2027	792 600,98 €	7,1%
Obrig NOS Var 3/2022	502 219,44 €	4,5%
Obrig Vodafone 2022	415 612,36 €	3,7%
Obrig Glencore 04/22	406 390,34 €	3,7%
Obrig Groupama 1/27	395 135,75 €	3,6%
Obrig UBS 05/2024	363 028,86 €	3,3%
Obrig BBVA 10/2/2027	346 664,55 €	3,1%
Obrig Credit Ag 2027	330 688,27 €	3,0%
Obrig BNP 2.625 2027	324 581,88 €	2,9%
Obrig Tesco2.5% 2024	324 316,27 €	2,9%
Obrig TDF 04/2026	319 237,85 €	2,9%
Obrig Galp Gas 2023	309 306,04 €	2,8%

HISTÓRICO DE UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO E CUSTOS

HISTÓRICO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO

Ano	VLG	UP em circulação	Valor UP
2017	11 096 629,23 €	881 176,07023	12,5930 €
2016	12 393 069,85 €	1 011 105,59526	12,2569 €
2015	12 554 965,32 €	1 061 019,18020	11,8329 €
2014	8 776 051,29 €	763 950,35449	11,4877 €
2013	3 696 981,79 €	355 041,57145	10,4128 €

Valores em 31 de Dezembro (ou em último dia útil de Dezembro)

HISTÓRICO DE CUSTOS

	2017	2016	2015
Comissão de Gestão	139 428,97 €	148 547,44 €	146 510,94 €
Comissão de depósito	23 238,11 €	24 757,87 €	24 418,48 €
Custos de Transação	4 416,03 €	4 674,89 €	18 201,63 €
Comissões suportadas pelos particip	- €	- €	- €
Comissões de Subscrição	- €	- €	- €
Comissões de Resgate	- €	- €	- €
Proveitos	1 586 942,31	1 869 750,80 €	1 332 750,87 €
Custos	1 273 031,88	1 450 775,89 €	1 145 775,91 €
Valor Líquido Global	11 097 283,65	12 392 995,33 €	12 554 965,32 €

Dados em 31 de Dezembro de 2017, 2016 e 2015

O quadro supra apresenta a evolução do Fundo no decorrer dos últimos três anos de atividade, no que concerne ao VLG, comissões suportadas pelo Fundo e pelos Participantes, bem como total de proveitos e custos.

EVENTOS SUBSEQUENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

A partir de 1 de fevereiro de 2018, o banco depositário do Fundo será a Caixa Geral de Depósitos, conforme decisão do Conselho de Administração da Sociedade Gestora. Salienta-se que tal alteração foi aprovada pela CMVM e que todos os participantes do Fundo foram já informados, com base no modelo de comunicação validado pela CMVM. Os prospetos e IFI foram atualizados em conformidade.

Pelo Conselho de Administração da Optimize Investment Partners SGFIM SA,

Lisboa, 7 de Março de 2018

2 BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Balanço em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

2017							2016		2017							2016	
Código	ATIVO	Nota	Ativo Bruto	+	-	Ativo líquido	Ativo líquido	Código	CAPITAL E PASSIVO	Nota							
	Outros ativos								Capital do OIC								
32	Ativos fixos tangíveis das SIM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61	Unidades de Participação	1	8 811 760,84	10 111 056,12					
33	Ativos intangíveis das SIM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62	Variações Patrimoniais	1	719 029,45	1 029 356,28					
	Total de outros ativos das SIM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64	Resultados Transitados	1	1 252 582,93	833 608,02					
	Carteira de títulos							65	Resultados Distribuídos		0,00	0,00					
21	Obrigações	3	10 412 154,32	488 954,29	130 618,85	10 770 489,76	11 025 044,05	67	Dividendos antecipados das SIM		0,00	0,00					
22	Ações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00										
23	Outros títulos de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66	Resultado líquido do exercício	1	313 910,43	418 974,91					
2411	OICVM de obrigações		0,00	0,00	0,00	0,00	233 780,00		Total do capital do OIC		11 097 283,65	12 392 995,33					
2412	OICVM de ações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00										
2414	OICVM de tesouraria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48	Provisões acumuladas								
2413	Outros OICVM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	481	Provisões para encargos		0,00	0,00					
25	Direitos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		Total de provisões acumuladas		0,00	0,00					
26	Outros instrumentos de dívida		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00										
	Total da carteira de títulos		10 412 154,32	488 954,29	130 618,85	10 770 489,76	11 258 824,05		Terceiros								
	Outros ativos							422	Rendimentos a pagar aos participantes		0,00	0,00					
31	Outros ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	423	Comissões a pagar	10	15 979,62	17 429,17					
	Total de outros ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	424+...+429	Outras contas de credores	10	99 802,19	0,00					
	Terceiros							43	Empréstimos obtidos		0,00	0,00					
41+519-559	Contas de devedores	10	112 982,19	0,00	0,00	112 982,19	38 206,86	44	Pessoal		0,00	0,00					
421	Resgates pendentes de regularização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46	Acionistas		0,00	0,00					
	Total dos valores a receber		112 982,19	0,00	0,00	112 982,19	38 206,86		Total dos valores a pagar		115 781,81	17 429,17					
	Disponibilidades								Acréscimos e diferimentos								
11	Caixa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55	Acréscimos de custos		0,00	0,00					
12-43	Depósitos à ordem	3	119 993,59	0,00	0,00	119 993,59	909 944,36	56	Receitas com proveito diferido		0,00	0,00					
13	Depósitos a prazo e com pré-aviso		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58	Outros acréscimos e diferimentos		0,00	0,00					
14	Certificados de depósito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59	Contas transitórias passivas		0,00	0,00					
18	Outros meios monetários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		Total de acréscimos e diferimentos passivos		0,00	0,00					
	Total das disponibilidades		119 993,59	0,00	0,00	119 993,59	909 944,36										
	Acréscimos e diferimentos																
51	Acréscimos de proveitos	10	161 454,44	0,00	0,00	161 454,44	182 305,91										
52	Despesas com custo diferido	10	36 845,48	0,00	0,00	36 845,48	15 202,57										
58	Outros acréscimos e diferimentos	10	11 300,00	0,00	0,00	11 300,00	5 940,75										
59	Contas transitórias ativas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00										
	Total de acréscimos e diferimentos ativos		209 599,92	0,00	0,00	209 599,92	203 449,23										
	Total do Ativo		10 854 730,02	488 954,29	130 618,85	11 213 065,46	12 410 424,50		Total do Capital do OIC e do Passivo		11 213 065,46	12 410 424,50					
	Número total de unidades de participação em circulação		881 176,07				1 011 105,61		Valor unitário da unidade de participação		12,5937	12,2569					

2.2 Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

EUR					EUR				
Código	CUSTOS E PERDAS	Nota	2017	2016	Código	PROVEITOS E GANHOS	Nota	2017	2016
	Custos e Perdas Correntes					Proveitos e Ganhos Correntes			
	Juros e custos equiparados					Juros e proveitos equiparados			
711+...718	De operações correntes	5	9,60	8,80	812+813	Da carteira de títulos e outros ativos	5	413 005,12	447 605,89
719	De operações extrapatrimoniais		0,00	0,00	811+814+817+818	De operações correntes		0,00	0,00
	Comissões e taxas				819	De operações extrapatrimoniais		0,00	0,00
722+723	Da carteira de títulos e outros ativos	5	2 020,28	2 558,50		Rendimento de títulos e outros ativos			
724+725+726+727+728	Outras operações correntes	5	175 384,84	186 753,13	822+823+824+825	Da carteira de títulos e outros ativos		0,00	11 200,00
729	De operações extrapatrimoniais	5	2 395,75	2 116,39	829	De operações extrapatrimoniais		0,00	0,00
	Perdas em operações financeiras					Ganhos em operações financeiras			
732+733	Na carteira de títulos e outros ativos	5	684 183,14	371 532,57	832+833	Na carteira de títulos e outros ativos	5	619 342,76	610 164,06
731+734+738	Outras operações correntes	5	43 416,03	14 929,67	831+834+837+838	Outras operações correntes	5	5 404,58	4 062,69
739	Em operações extrapatrimoniais	5	365 248,15	872 633,09	839	Em operações extrapatrimoniais	5	549 189,85	796 718,16
	Impostos					Reposição e anulação de provisões			
7411+7421	Imposto sobre o rendimento de capitais e incrementos patrimoniais	9	244,89	0,00	851	Provisões para encargos		0,00	0,00
7412+7422	Impostos indirectos	9	129,20	243,74					
7418+7428	Outros impostos		0,00	0,00					
75	Provisões do exercício								
751	Provisões para encargos		0,00	0,00	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes		0,00	0,00
77	Outros Custos e Perdas Correntes		0,00	0,00					
	Total dos custos e perdas correntes (A)		<u>1 273 031,88</u>	<u>1 450 775,89</u>		Total dos proveitos e ganhos correntes (B)		<u>1 586 942,31</u>	<u>1 869 750,80</u>
79	Outros Custos e Perdas das SIM		0,00	0,00	89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		0,00	0,00
	Total dos outros custos e perdas das SIM (C)		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>		Total dos proveitos e ganhos das SIM (D)		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	Custos e Perdas Eventuais					Proveitos e Ganhos Eventuais			
781	Valores incobráveis		0,00	0,00	881	Recuperação de incobráveis		0,00	0,00
782	Perdas extraordinárias		0,00	0,00	882	Ganhos extraordinários		0,00	0,00
783	Perdas imputáveis a exercícios anteriores		0,00	0,00	883	Ganhos imputáveis a exercícios anteriores		0,00	0,00
788	Outros custos e perdas eventuais		0,00	0,00	888	Outros proveitos e ganhos eventuais		0,00	0,00
	Total dos custos e perdas eventuais (E)		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>		Total dos proveitos e ganhos eventuais (F)		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
63	Imposto sobre o rendimento do exercício		0,00	0,00					
66	Resultado líquido do período (positivo)		<u>313 910,43</u>	<u>418 974,91</u>	66	Resultado líquido do período (negativo)		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	TOTAL		<u>1 586 942,31</u>	<u>1 869 750,80</u>		TOTAL		<u>1 586 942,31</u>	<u>1 869 750,80</u>
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos		346 144,46	700 165,22	F - E	Resultados Eventuais		0,00	0,00
8x9 - 7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais		181 545,95	-78 031,32	B + D + F - A - C - E + 74	Resultados Antes de Impostos		314 284,52	419 218,65
B - A	Resultados Correntes		313 910,43	418 974,91	B+D+F-A-C- E+7411/8+7421/8	Resultado Líquido do Período		313 910,43	418 974,91

2.3 Contas Extrapatrimoniais em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

EUR				EUR			
Código	DIREITOS SOBRE TERCEIROS	2017	2016	Código	RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS	2017	2016
	Operações Cambiais				Operações Cambiais		
911	À vista	0,00	0,00	911	À vista	0,00	0,00
912	A prazo (Forwards cambiais)	0,00	0,00	912	A prazo (Forwards cambiais)	0,00	0,00
913	Swaps cambiais	0,00	0,00	913	Swaps cambiais	0,00	0,00
914	Opções	0,00	0,00	914	Opções	0,00	0,00
915	Futuros	0,00	0,00	915	Futuros	0,00	0,00
	Total	0,00	0,00		Total	0,00	0,00
	Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)	0,00	0,00	921	Contratos a prazo (FRA)	0,00	0,00
922	Swap de taxa de juro	0,00	0,00	922	Swap de taxa de juro	0,00	0,00
923	Contratos de garantia de taxa de juro	0,00	0,00	923	Contratos de garantia de taxa de juro	0,00	0,00
924	Opções	0,00	0,00	924	Opções	0,00	0,00
925	Futuros	0,00	0,00	925	Futuros	0,00	0,00
	Total	0,00	0,00		Total	0,00	0,00
	Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações		
934	Opções	0,00	0,00	934	Opções	0,00	0,00
935	Futuros	0,00	0,00	935	Futuros	1 616 800,00	877 739,30
	Total	0,00	0,00		Total	1 616 800,00	877 739,30
	Compromissos de Terceiros				Compromissos com Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)	0,00	0,00	941	Subscrição de Títulos	0,00	0,00
944	Valores recebidos em garantia	0,00	0,00	942	Operações a prazo (reporte de valores)	0,00	0,00
945	Empréstimos de títulos	0,00	0,00	943	Valores cedidos em garantia	0,00	0,00
	Total	0,00	0,00		Total	0,00	0,00
	Total dos direitos	0,00	0,00		Total das Responsabilidades	1 616 800,00	877 739,30
99	Contas de Contrapartida	1 616 800,00	877 739,30	99	Contas de Contrapartida	0,00	0,00

2.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa de 2017 e 2016

EUR

	2017	2016
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
Recebimentos:		
Subscrição de unidades de participação	553 381,76	2 017 547,73
Pagamentos:		
Resgates de unidades de participação	2 160 003,87	2 649 736,40
Fluxo das operações sobre unidades do OIC	-1 606 622,11	-632 188,67
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
Recebimentos:		
Venda de títulos e outros ativos	3 327 758,38	7 048 256,56
Reembolso de títulos	0,00	89 169,43
Rendimento de títulos e outros ativos	424 029,50	429 295,93
Juros e proveitos similares recebidos	24 963,59	100 145,16
Outras taxas e comissões	0,00	0,00
Outros recebimentos relacionados com a carteira	599 238,40	0,00
Pagamentos:		
Compra de títulos e outros ativos	2 913 889,30	6 242 944,42
Juros e custos similares pagos	36 841,17	51 281,83
Comissões de bolsas suportadas	0,00	0,00
Comissões de corretagem	954,23	2 583,51
Outras taxas e comissões	3 960,73	3 668,43
Outros pagamentos relacionados com a carteira	599 238,40	0,00
Fluxo das operações da carteira de títulos	821 106,04	1 366 388,89
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
Recebimentos:		
Operações cambiais	3 093 138,14	5 041 502,47
Operações sobre cotações	0,00	0,00
Margem inicial em contratos de futuros e opções	808 692,18	1 200 823,15
Outros recebimentos em operações a prazo e de divisas	50 845,48	289 765,77
Pagamentos:		
Operações cambiais	3 113 703,69	5 047 604,95
Operações sobre cotações	0,00	0,00
Margem inicial em contratos de futuros e opções	615 799,66	1 318 963,53
Outros pagamentos em operações a prazo e de divisas	50 889,94	290 613,75
Fluxo das operações a prazo e de divisas	172 282,51	-125 090,84
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE		
Recebimentos:		
Juros de depósitos bancários	0,00	0,00
Pagamentos:		
Comissão de gestão	140 710,12	149 156,04
Comissão de depósito	23 451,58	24 859,33
Juros devedores de depósitos bancários	9,60	8,80
Impostos e taxas	8 983,41	9 216,15
Outros pagamentos correntes	3 562,50	3 000,00
Fluxo das operações de gestão corrente	-176 717,21	-186 240,32
Saldo dos fluxos de caixa do período	-789 950,77	422 869,06
Disponibilidades no início do período	909 944,36	487 075,30
Disponibilidades no fim do período	119 993,59	909 944,36

| 3 DIVULGAÇÕES

3.1 Divulgações anexas às Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em euros)

BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantido de acordo com o plano de contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecidos pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta instituição, no âmbito das competências que lhe são atribuídas através da Lei n.º 16/2015, de 24 de Fevereiro.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercício, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do seu recebimento ou pagamento. Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e Taxas”.

VALORIZAÇÃO DA CARTEIRA DE TÍTULOS E DA UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO

a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

As 17 horas representam o momento relevante do dia para:

- Efeitos de valorização dos ativos que integram o património do Fundo (incluindo instrumentos derivados) tendo em conta o critério escolhido para efeitos de valorização dos ativos que irão compor a carteira do Fundo;
- A determinação da composição da carteira que irá ter em conta todas as transações efetuadas até esse momento.

b) O valor das unidades de participação será publicado diariamente

c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo dado pela Bloomberg.

d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionados para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.

e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência;

f) Não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.

- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
- As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código de Valores Mobiliários;
 - Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada;
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.

REGIME FISCAL

O Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de Janeiro, procedeu à reforma do regime de tributação dos Organismos de Investimento Coletivo (OIC), a qual foi aplicado a partir de 1 de Julho de 2015, nas seguintes condições:

- IRC nos OIC: os OIC passam a apurar um resultado fiscal, correspondente ao resultado líquido do exercício, o qual não deve considerar os seguintes rendimentos, e gastos ligados aos mesmos rendimentos de capitais (artigo 5.º do CIRS), rendimentos prediais (artigo 8.º CIRS) e mais ou menos-valias (artigo 10.º do CIRS), exceto se provenientes de paraísos fiscais, Rendimentos, incluindo os descontos, relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os OIC's. Os prejuízos fiscais podem ser deduzidos aos lucros tributáveis futuros, no prazo de 12 anos, com o limite (atual) de 70% do lucro. Sobre a matéria coletável é aplicada a taxa geral do IRC (atualmente, 21%). Os OIC estão isentos de derrama municipal e derrama estadual. Caso aplicável, é devida tributação autónoma sobre os encargos elegíveis, às taxas gerais. Não existe obrigação de efetuar retenção na fonte quanto aos rendimentos obtidos pelos OIC.
- IR aos Participantes: Retenção IR na fonte aos participantes aquando da distribuição ou resgate de rendimentos, às taxas atuais, no caso de participantes residentes, de 28% (pessoas singulares) e de 25% (pessoas coletivas). No caso de não residentes, se não residente num paraíso fiscal, está prevista uma isenção para os rendimentos de unidades de participação em Fundos de Investimento Mobiliário.
- Imposto de Selo: os OIC abrangidos pelo regime do novo 22.º do EBF são sujeitos passivos de imposto do selo, passando a haver tributação trimestral de 0,0125%, incidente sobre a média dos valores comunicados à CMVM ou divulgados pelas entidades gestoras, com exceção do valor de ativos relativos a UP de OIC abrangidos pelo novo 22.º do EBF.

NOTA 1 - NÚMERO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EMITIDAS, RESGATADAS E EM CIRCULAÇÃO NO PERÍODO EM REFERÊNCIA, BEM COMO A COMPARAÇÃO DO VLG E DA UP E FACTOS GERADORES DAS VARIAÇÕES OCORRIDAS:

NÚMERO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EMITIDAS, RESGATADAS E EM CIRCULAÇÃO EM 2017

	Saldo em 31.12.2016	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultado líquido do exercício	Saldo em 31.12.2017
Valor base	10 111 056,12	441 969,63	1 741 264,91	0,00	0,00	0,00	8 811 760,84
Diferença para o valor base	1 029 356,28	108 412,13	418 738,96	0,00	0,00	0,00	719 029,45
Resultados acumulados	833 608,02	0,00	0,00	0,00	418 974,91	0,00	1 252 582,93
Resultado líquido do exercício	418 974,91	0,00	0,00	0,00	-418 974,91	313 910,43	313 910,43
	12 392 995,33	550 381,76	2 160 003,87	0,00	0,00	313 910,43	11 097 283,65
Número de unidades de participação	1 011 105,61	44 196,96	174 126,49	0,00	0,00	0,00	881 176,07
Valor da unidade de participação	12,2569	12,4529	12,4048	0,0000	0,0000	0,0000	12,5937

PARTICIPANTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	Participantes em 31.12.2017
Superior a 25%	0
De 10% a 25%	2
De 5% a 10%	2
De 2% a 5%	1
De 0,5% a 2%	19
Inferior a 0,5%	190
Total	214

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E NÚMERO DE UP

Ano	Meses	Valor Líquido Global	Valor da Unidade de Participação	Número de U.P.'s em circulação
2017	Março	11 605 322,67	12,3481	939 850,05232
	Junho	11 579 938,26	12,4129	932 898,38194
	Setembro	11 494 827,46	12,4829	920 843,82055
	Dezembro	11 097 283,65	12,5937	881 176,07023
2016	Março	12 245 933,82	11,9383	1 025 770,48841
	Junho	12 329 488,98	12,1200	1 017 281,97028
	Setembro	12 598 433,67	12,3792	1 017 709,15192
	Dezembro	12 392 995,33	12,2569	1 011 105,59526
2015	Março	11 848 722,03	12,4345	952 892,00132
	Junho	12 028 439,61	11,8743	1 012 977,46777
	Setembro	12 787 859,64	11,7800	1 085 555,23763
	Dezembro	12 554 965,32	11,8329	1 061 019,18020

Como o dia 31 de Dezembro de 2017 foi um domingo, a última valorização do fundo publicado no site da CMVM no ano de 2017, correspondeu, conforme regulamento de gestão do fundo, ao valor do último dia útil do ano, 29 de Dezembro de 2017. A UP considerada e apresentada aqui para 31 de Dezembro de 2017 difere da UP do 29 de dezembro de 2017, após aplicação das diarizações contabilísticas efetuadas pelo sistema.

NOTA 2 - TRANSAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS NO PERÍODO

TRANSAÇÕES NO PERÍODO

Descrição	Compras (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado
Dívida pública	0,00	2 308 372,46	0,00	1 743 048,27	0,00	4 051 420,73
Fundos públicos e equiparados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações diversas	0,00	606 840,00	688 800,00	672 500,00	688 800,00	1 279 340,00
Acções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Unidades de participação	0,00	0,00	234 358,10	0,00	234 358,10	0,00
Outros Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos de futuros	5 574 045,16	0,00	71 674 754,01	0,00	77 248 799,17	0,00
Contratos de opções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5 574 045,16	2 915 212,46	72 597 912,11	2 415 548,27	78 171 957,27	5 330 760,73

SUBSCRIÇÕES E RESGATES

	Valor	Comissões Cobradas
Subscrições	550 381,76 €	- €
Resgates	2 160 003,87 €	- €

Verifica-se uma diferença de 1 323,16€ entre os valores apresentados na presente nota e os valores de pagamentos que constam das rubricas da demonstração de fluxos de caixa relacionados com operações da carteira de títulos e outros ativos. Esta diferença é justificada por operações de compra de uma obrigação em moeda estrangeira, as quais apresentamos de seguida:

Data Operação	Data Movimento	Activo	Moeda	Valor	Data do Câmbio	Câmbio	Valor (EUR) - Nota 2	Data do Câmbio	Câmbio	Valor (EUR) - DFC
06-09-2017	08-09-2017	PL0000109427	PLN	3 303 300,00	05-09-2017	4,2361	779 797,46	07-09-2017	4,2433	778 474,30
							Total		Total	778 474,30

Esta nota apresenta o volume de transações do exercício, pelo que o valor a considerar é o valor da data de operação. A Demonstração de Fluxos de Caixa só é alterada quando se movimentam D.O., que no caso de compras é apenas na data de liquidação. Como estamos a falar de ativos em moeda estrangeira, o câmbio entre a data da operação e a data da liquidação altera, daí a diferença registada.

VENDAS

Verifica-se uma diferença de 10947,99€ entre os valores apresentados na presente nota e os valores de recebimentos que constam das rubricas da demonstração de fluxos de caixa relacionados com operações da carteira de títulos e outros ativos. Esta diferença é justificada por operações de venda de obrigações em moeda estrangeira, as quais apresentamos de seguida:

Data Operação	Data Movimento	Activo	Moeda	Valor	Data do Câmbio	Câmbio	Valor (EUR) - Nota 2	Data do Câmbio	Câmbio	Valor (EUR) - DFC
06-09-2017	08-09-2017	US731011AR30	USD	978 300,00	05-09-2017	1,1890	822 792,26	07-09-2017	1,1971	817 224,96
06-11-2017	10-11-2017	XS1085735899	USD	1 064 000,00	07-11-2017	1,1562	920 256,01	09-11-2017	1,163	914 875,32
							Total		Total	1 732 100,28

Esta nota apresenta o volume de transações do exercício, pelo que o valor a considerar é o valor da data de operação. A Demonstração de Fluxos de Caixa só é alterada quando se movimentam D.O., que no caso de vendas de ativos é apenas na data de liquidação. Como estamos a falar de ativos em moeda estrangeira, o câmbio entre a data da operação e a data da liquidação altera, daí a diferença registada.

NOTA 3 - INVENTÁRIO DA CARTEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

INVENTÁRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Ativo	Valor Aquisição	Mais Valias	Menos Valias	Valor Carteira	Juros corridos	Soma
1- VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
11-Mercado Capitais						
111-Títulos de Renda Fixa						
11111-Div. Púb. Taxa Fixa						
Obrig Poland 07/2027	779 797,46 €	3 684,70 €	- €	783 482,16 €	9 118,82 €	792 600,98 €
OT PGB 4.125% 4/2027	1 528 575,00 €	69 136,50 €	- €	1 597 711,50 €	52 941,27 €	1 650 652,77 €
Obrig Lituania 02/22	332 624,63 €	- €	42 788,05 €	289 836,58 €	6 859,03 €	296 695,61 €
Obrig Portug 10/2024	916 381,34 €	- €	22 501,58 €	893 879,76 €	8 902,76 €	902 782,52 €
Sub-total	3 557 378,43 €	72 821,20 €	65 289,63 €	3 564 910,00 €	77 821,88 €	3 642 731,88 €
1112-Ob. Dívida Privada						
11121-Div. Priv. Taxa Fixa						
Obrig UBS 05/2024	315 478,30 €	36 867,24 €	- €	352 345,54 €	10 683,32 €	363 028,86 €
Obrig Thyssenkrupp25	196 800,00 €	18 978,00 €	- €	215 778,00 €	4 232,88 €	220 010,88 €
Obrig Coface 03/2024	218 900,00 €	15 104,00 €	- €	234 004,00 €	6 306,16 €	240 310,16 €
Obrig TDF 04/2026	302 850,00 €	10 881,00 €	- €	313 731,00 €	5 506,85 €	319 237,85 €
Obrig Peugeot 04/23	202 100,00 €	8 648,00 €	- €	210 748,00 €	3 396,58 €	214 144,58 €
Obrig Groupama 1/23	305 100,00 €	73 170,00 €	- €	378 270,00 €	16 865,75 €	395 135,75 €
Obrig Galp Gas 2023	298 500,00 €	9 642,00 €	- €	308 142,00 €	1 164,04 €	309 306,04 €
Obrig BPCE 4.5 3/25	278 059,31 €	- €	16 984,52 €	261 074,79 €	3 283,17 €	264 357,96 €
Obrig Santande 19/25	190 822,88 €	- €	10 512,70 €	180 310,18 €	983,62 €	181 293,80 €
Obrig Vodafone 2022	421 829,92 €	- €	8 939,07 €	412 890,85 €	2 721,50 €	415 612,35 €
Obrig Soc Gen 012024	225 654,95 €	40 687,92 €	- €	266 342,87 €	5 663,03 €	272 005,90 €
Obrig ABN AMRO 04/22	250 154,46 €	29 301,07 €	- €	279 455,53 €	2 735,97 €	282 191,50 €
Obrig Glencore 04/22	418 742,63 €	- €	27 470,93 €	391 271,70 €	15 118,63 €	406 390,33 €
Obrig Cred Suis 2023	244 698,02 €	34 995,14 €	- €	279 693,16 €	6 413,47 €	286 106,63 €
Obrig EDP 01/2021	151 638,42 €	26 915,72 €	- €	178 554,14 €	4 037,08 €	182 591,22 €
Obrig Tesco2.5% 2024	290 550,00 €	30 006,00 €	- €	320 556,00 €	3 760,27 €	324 316,27 €
Obrig Sky 09/2026	210 670,00 €	9 102,00 €	- €	219 772,00 €	1 465,75 €	221 237,75 €
Obrig BNP 2.625 2027	313 050,00 €	9 849,00 €	- €	322 899,00 €	1 682,88 €	324 581,88 €
Obrig Metro 2025	197 800,00 €	3 488,00 €	- €	201 288,00 €	2 358,90 €	203 646,90 €
Obrig Faurecia 06/22	308 250,00 €	- €	372,00 €	307 878,00 €	390,63 €	308 268,63 €
Obrig Credit Ag 2027	311 070,00 €	13 383,00 €	- €	324 453,00 €	6 235,27 €	330 688,27 €
Obrig Easyjet 2/2023	101 950,00 €	2 763,00 €	- €	104 713,00 €	1 558,22 €	106 271,22 €
Obrig Telefoni 04/26	198 800,00 €	4 194,00 €	- €	202 994,00 €	2 096,00 €	205 090,00 €
Obrig Easyjet 10/23	98 567,00 €	2 554,00 €	- €	101 121,00 €	228,08 €	101 349,08 €
Obrig BBVA 10/2/2027	301 740,00 €	35 604,00 €	- €	337 344,00 €	9 320,55 €	346 664,55 €
Sub-total	6 353 775,89 €	416 133,09 €	64 279,22 €	6 705 629,76 €	118 208,60 €	6 823 838,36 €
11122-Div. Priv. Taxa Indexada						
Obrig NOS Var 3/2022	501 000,00 €	- €	1 050,00 €	499 950,00 €	2 269,44 €	502 219,44 €
Sub-total	501 000,00 €	- €	1 050,00 €	499 950,00 €	2 269,44 €	502 219,44 €
Total	10 412 154,32 €	488 954,29 €	130 618,85 €	10 770 489,76 €	198 299,92 €	10 968 789,68 €

DISCRIMINAÇÃO DA LIQUIDEZ DO FUNDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos à ordem	909 944,36	8 882 047,43	9 671 998,20	119 993,59
Depósitos a prazo e com pré-aviso	0,00	0,00	0,00	0,00
Certificados de depósito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas de disponibilidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	909 944,36	8 882 047,43	9 671 998,20	119 993,59

EXPOSIÇÃO A OBRIGAÇÕES HIGH YIELD EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Obrigações	Repartição	Min	Max
Investment Grade	84,7%	50,0%	100,0%
High Yield	14,1%	0,0%	100,0%
Total	98,8%		

NOTA 4 - CRITÉRIOS UTILIZADOS NA VALORIZAÇÃO DA CARTEIRA

Os critérios utilizados na valorização da carteira do OIC são descritos no parágrafo "Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas".

NOTA 5 - COMPONENTES DO RESULTADO DO OIC – PROVEITOS E CUSTOS

PROVEITOS E GANHOS

Natureza	Proveitos e ganhos						Rendimento de Títulos	Soma
	Ganhos de capital			Ganhos com Carácter de Juro		Soma		
	Mais Valias		Soma	Juros Vencidos	Juros Decorridos			
Potenciais	Efetivas	Juros Vencidos				Juros Decorridos		
Operações "à vista"								
Ações e direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Obrigações	520 052,71	98 711,95	618 764,66	214 705,20	198 299,92	0,00	1 031 769,78	
Unidades de participação	0,00	578,10	578,10	0,00	0,00	0,00	578,10	
Depósitos	5 404,58	0,00	5 404,58	0,00	0,00	0,00	5 404,58	
Operações "a prazo"								
Cambiais								
Spot	0,00	2 189,93	2 189,93	0,00	0,00	0,00	2 189,93	
Forwards	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Taxa de juro								
FRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Swaps	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cotações								
CFD's e FX-Trading	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Futuros	0,00	546 999,92	546 999,92	0,00	0,00	0,00	546 999,92	
Opções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	525 457,29	648 479,90	1 173 937,19	214 705,20	198 299,92	0,00	1 586 942,31	

CUSTOS E PERDAS

Natureza	Custos e perdas					
	Perdas de capital			Juros e Comissões Suportadas		
	Menos Valias		Soma	Juros Vencidos e Comissões	Juros Decorridos	Soma
Potenciais	Efetivas					
Operações "à vista"						
Ações e direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações	486 802,84	197 380,30	684 183,14	0,00	0,00	684 183,14
Unidades de participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos	5 286,34	38 129,69	43 416,03	9,60	0,00	43 425,63
Operações "a prazo"						
Cambiais						
Spot	0,00	3 528,99	3 528,99	0,00	0,00	3 528,99
Forwards	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa de juro						
FRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Swaps	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cotações						
CFD's e FX-Trading	0,00	0,00	0,00	1 970,31	0,00	1 970,31
Futuros	0,00	361 719,16	361 719,16	425,44	0,00	362 144,60
Opções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões						
De gestão	0,00	0,00	0,00	139 428,97	0,00	139 428,97
De depósito	0,00	0,00	0,00	23 238,11	0,00	23 238,11
Taxa de supervisão	0,00	0,00	0,00	1 666,05	0,00	1 666,05
Taxa de autoridade concorrência	0,00	0,00	0,00	119,81	0,00	119,81
Taxa de operações de bolsa	0,00	0,00	0,00	7 384,10	0,00	7 384,10
Taxa de corretagem	0,00	0,00	0,00	955,56	0,00	955,56
Auditoria	0,00	0,00	0,00	4 612,52	0,00	4 612,52
IES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	492 089,18	600 758,14	1 092 847,32	179 810,47	0,00	1 272 657,79

O efeito das mais e menos valias, potenciais e realizadas, é muito material na concretização do resultado do fundo, contando para uma percentagem substancial do resultado do período. As mais e menos valias potenciais são consideradas no balanço do fundo e contam para uma percentagem significativa do total dos ativos e passivos do fundo.

MAIS E MENOS VALIAS

	Mais Valias	Menos Valias
Mais e menos valias potenciais	525 457,29	492 089,18
Mais e menos valias realizadas	648 479,90	600 758,14
Total	1 173 937,19	1 092 847,32
Total de mais e menos valias	81 089,87	
Resultado Líquido do Exercício	313 910,43	
Peso percentual das mais e menos valias no RLE	25,8%	
	Mais Valias	Menos Valias
Mais e menos valias potenciais	525 457,29	492 089,18
Total de mais e menos valias potenciais	33 368,11	
Valor Líquido Global do Fundo	11 097 283,65	
Peso percentual das valias potenciais no VLG	0,3%	

NOTA 6 – DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Não existem dívidas de cobrança duvidosa no exercício.

NOTA 7 - MOVIMENTOS DE PROVISÕES NO EXERCÍCIO

Não foram registados movimentos de provisões no decorrer do exercício de 2017.

NOTA 8 - DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS

Não existem dívidas a terceiros cobertas por garantias reais em 31 de Dezembro de 2017.

NOTA 9 - IMPOSTOS SUPORTADOS PELO OIC

IMPOSTOS SUPORTADOS EM 2017 E 2016

	2017	2016
Impostos pagos em Portugal		
Impostos diretos:		
Mais valias	0,00	0,00
Juros DO	0,00	0,00
Obrigações	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Outros	244,89	0,00
Impostos indiretos:		
IVA	0,00	0,00
Imposto do selo	129,20	243,74
Impostos pagos no estrangeiro		
Impostos directos:		
Dividendos	0,00	0,00
Obrigações	0,00	0,00
Outros Impostos	0,00	0,00
	374,09	243,74

NOTA 10 - RESPONSABILIDADES DE E COM TERCEIROS A 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

TERCEIROS - ACTIVO

	2017	2016
Juros a receber de depósitos ordem	0,00	0,00
Margens iniciais em operações Futuros	27 480,00	44 664,55
Ajustes de margens em operações de Futuros	85 502,19	-6 457,69
Operações de bolsa a regularizar	0,00	0,00
Outros valores pendentes de regularização	0,00	0,00
	112 982,19	38 206,86

TERCEIROS - PASSIVO

	2017	2016
Subscrições pendentes	3 000,00	0,00
	3 000,00	0,00
Comissão de gestão a pagar	11 373,64	12 654,79
Comissão de auditoria	1 153,13	922,50
Comissão de depósito a pagar	1 895,63	2 109,10
Taxa de supervisão	133,17	164,83
Imposto do Selo	1 424,05	1 577,95
	15 979,62	17 429,17
Ajustes de margens em operações de Futuros	96 802,19	0,00
Operações de bolsa a regularizar	0,00	0,00
Imposto a liquidar sobre dividendos	0,00	0,00
	115 781,81	17 429,17

As subscrições pendentes a 31 de Dezembro correspondem a valores de subscrição de unidades de participação recebidas no último dia útil do ano e que foram efetivados no primeiro dia útil do ano seguinte.

ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS - ACTIVO

	2017	2016
Proveitos a receber de:		
Carteira de títulos	161 454,44	182 305,91
Outros Acréscimos de Proveitos	0,00	0,00
Despesas com custo diferido	36 845,48	15 202,57
Outros acréscimos e diferimentos		
Operações sobre cotações	11 300,00	5 940,75
	209 599,92	203 449,23

ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS - PASSIVO

	2017	2016
Taxa de supervisão	0,00	0,00
Taxa IES	0,00	0,00
Impostos Diferidos	0,00	0,00
Outros acréscimos de custos	0,00	0,00
	0,00	0,00

NOTA 11 - QUADRO DE EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Moedas	À Vista	A Prazo				Total a Prazo	Posição Global
		Futuros	Forwards	Swaps	Opções		
GBP	347 148,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	347 148,00
PLN	3 272 605,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 272 605,00
USD	4 070 884,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 070 884,00
Contravalor Euro	4 569 137,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 569 137,26

NOTA 12 - QUADRO DE EXPOSIÇÃO AO RISCO TAXA DE JURO

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extra-patrimoniais (B)				Saldo (A)±(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	- €	- €	- €	- €	- €	- €
de 1 a 3 anos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
de 3 a 5 anos	1 859 886,80 €	- €	- €	- €	- €	1 859 886,80 €
de 5 a 7 anos	3 071 545,33 €	- €	- €	- €	- €	3 071 545,33 €
mais de 7 anos	5 339 107,63 €	- €	- €	- €	- €	5 339 107,63 €

NOTA 13 - QUADRO DE EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES

Não existem em carteira, ativos com exposição ao risco de cotações.

NOTA 14 - QUADRO DE EXPOSIÇÃO AO RISCO DE DERIVADOS

PERDAS POTENCIAIS

	2017		2016		2015	
VAR com derivados	144 253,90 €	1,30%	812 015,69 €	6,55%	- €	0,00%
VAR sem derivados	166 276,49 €	1,50%	925 107,17 €	7,46%	- €	0,00%
VLG do Fundo	11 097 283,65 €		12 392 995,33 €		12 554 965,32 €	

No termos do Regulamento da CMVM 6/2013, tendo por base princípios de prudência e de adequação à situação concreta de Fundo e tendo em conta alterações substanciais recentes registada na volatilidade dos mercados, para o cálculo da perda potencial máxima que o património do Fundo está exposto, foi utilizado o cálculo do VaR histórico.

NOTA 15 – TABELA DE CUSTOS

CUSTOS IMPUTADOS

Custos	Valor	%VLG
Comissão de Gestão Fixa	139 428,97 €	1,200%
Comissão de depósito	23 238,11 €	0,200%
Taxa de Supervisão	1 666,05 €	0,014%
Custos de Auditoria	4 612,52 €	0,040%
Outros Custos Correntes	655,11 €	0,006%
TOTAL	169 600,76 €	
TAXA ENCARGOS CORRENTES (TEC)		1,460%

NOTA 16 – INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS RUBRICAS DO BALANÇO, DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIOR

Não existem rubricas cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

NOTA 17 - REMUNERAÇÕES DO EXERCÍCIO 2017

O OIC não pagou nenhuma comissão de desempenho durante o exercício, nem qualquer remuneração aos colaboradores da Sociedade Gestora, não estando prevista nenhuma comissão de desempenho como forma de remuneração da Sociedade Gestora e também não estando prevista qualquer remuneração aos colaboradores por parte do OIC.

Durante o exercício, foram pagas pela sociedade gestora as seguintes remunerações aos seus colaboradores:

	Número de Beneficiários	Remuneração Fixa	Remuneração Variável
Aos membros executivos dos órgãos sociais	3	185 043,34 €	0,00€
Aos colaboradores cujas atividades têm um impacto significativo no perfil de risco do OIC	2	65 277,66 €	0,00€
Aos outros colaboradores da Sociedade Gestora	13	221 192,82 €	26 623,28 €
Total	18	471 513,82 €	26 623,28 €

Essas remunerações foram calculadas conforme definido pelos contratos de trabalho e pela política de remuneração da Sociedade.

Durante o ano de 2017, não se detetaram irregularidades em matéria de remunerações, e também não se realizaram alterações significativas à política de remuneração.

O Contabilista Certificado

A Administração

4 CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Optimize Europa Obrigações - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações** (adiante também designado por Fundo), gerido pela **Optimize Investment Partners - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA** (adiante também designada por Entidade Gestora), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 11 213 065 euros e um total de capital do fundo de 11 097 284 euros, incluindo um resultado líquido de 313 910 euros), a demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Optimize Europa Obrigações - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações**, em 31 de dezembro de 2017, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias:

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
1. Valorização da carteira de títulos	
<p>A carteira de títulos corresponde a cerca de 96% do ativo, sendo a sua valorização diária determinada pela cotação dos respetivos títulos em carteira ou por métodos de avaliação alternativos, para o caso de títulos não cotados, representando as menos-valias e mais-valias potenciais uma parte significativa dos custos e proveitos reconhecidos no período. Assim, a verificação das cotações e a validação das metodologias de valorização e informação utilizada para a valorização de títulos não cotados constitui uma área significativa de auditoria. Os procedimentos adotados na valorização dos títulos em carteira são descritos na nota 4 do Anexo às demonstrações financeiras (que remete para a seção Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas).</p>	<p>Validação da valorização dos títulos em carteira e do respetivo cálculo das mais e menos valias potenciais à data de referência das demonstrações financeiras, com base na informação constante do Portal da Bloomberg e dos boletins de cotação, no caso de títulos cotados. Validação da adequacidade da metodologia e informação utilizada para a valorização dos títulos não cotados. Testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias dos títulos em carteira no sistema informático que alimenta os registos contabilísticos.</p>
2. Cumprimento de regras e limites legais e regulamentares	
<p>A confirmação do cumprimento das regras e limites previstos no Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, nos Regulamentos da CMVM e no Prospeto do Fundo assume uma particular importância na auditoria, com potencial impacto na autorização do Fundo e na continuidade das suas operações.</p>	<p>Análise dos procedimentos e ferramentas de controlo do cumprimento das regras e limites legais e das políticas de investimento do Fundo. Recalculo dos limites legais e regulamentares e verificação do impacto de eventuais situações de incumprimento reportadas nesses mapas, incluindo a verificação da comunicação/autorização da CMVM em caso de incumprimento.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o planeamento da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) fomos nomeados auditores do Fundo pela primeira vez pelo órgão de gestão da Entidade Gestora para o exercício de 2013. Em 1 de junho de 2017 fomos nomeados para o triénio de 2017 a 2019;
- (ii) o órgão de gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- (iii) confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do Fundo em 8 de março de 2018;

- (iv) declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Entidade Gestora durante a realização da auditoria; e
- (v) informamos que não prestámos ao Fundo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- (i) O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do organismo de investimento coletivo;
- (ii) A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos imobiliários;
- (iii) O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (iv) O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (v) O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- (vi) O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação; e
- (vii) O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 8 de março de 2018



Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC
(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o n.º 20161384)